

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL



PETROBRAS

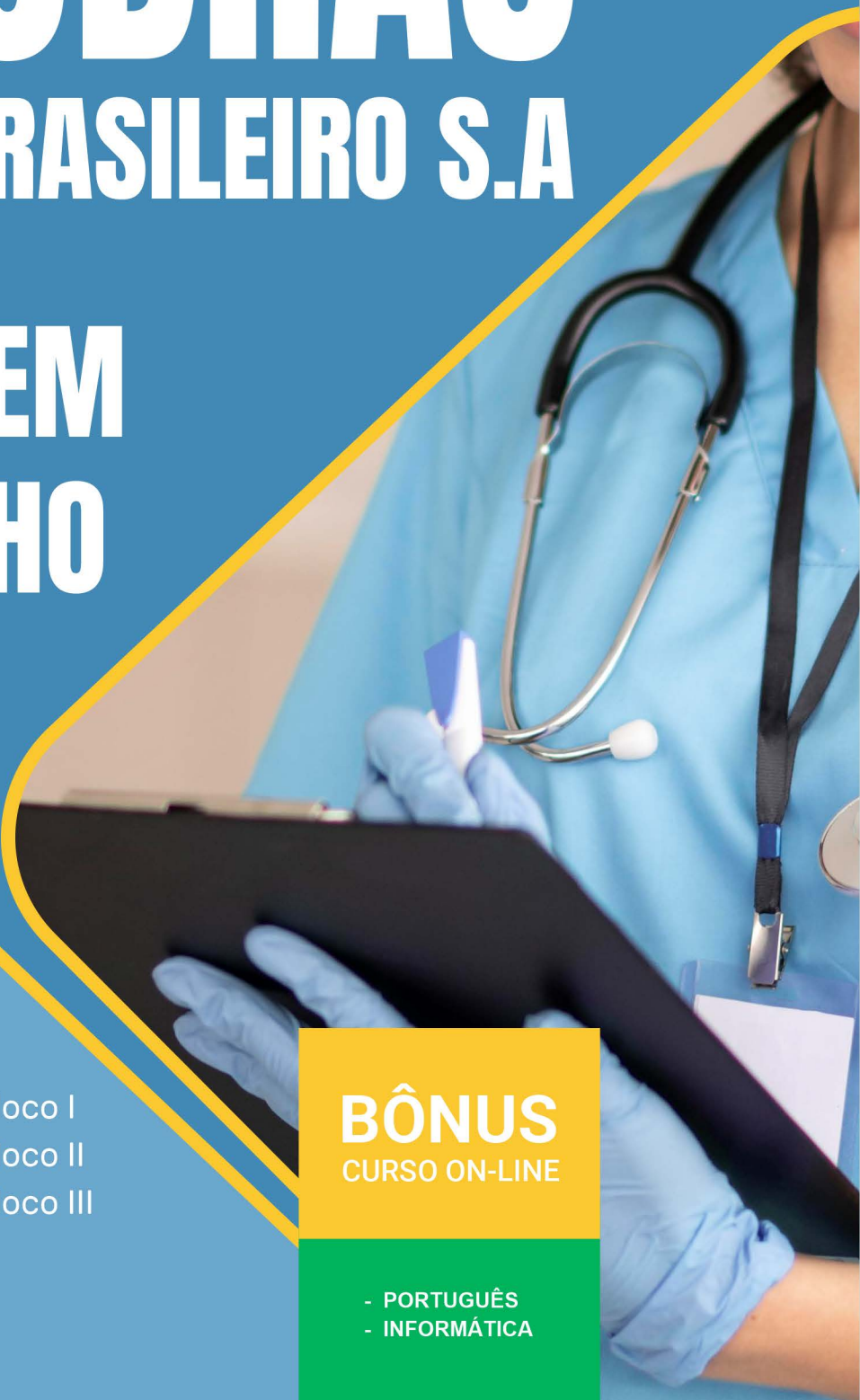
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A

ENFERMAGEM DO TRABALHO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bloco I
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bloco II
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bloco III

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PETROBRAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A

ENFERMAGEM DO TRABALHO

COM BASE NO EDITAL Nº 1 – PETROBRAS/
PSP RH 2023.2

CÓD: OP-058FV-26
7908403588213

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos textuais: narração, descrição, dissertação	10
3. Domínio da ortografia oficial	14
4. Emprego das classes de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, conjunções, preposições, pronomes, advérbios; Reconhecimento e emprego das estruturas morfosintáticas do texto.....	17
5. Relações de regência entre termos.....	20
6. Relações de concordância entre termos.....	21
7. Sinais de pontuação.....	23
8. Reescritura de frases e parágrafos do texto.....	27

Matemática

1. Teoria dos conjuntos. Relações entre conjuntos.....	49
2. Conjuntos numéricos	51
3. Funções exponenciais, logarítmicas e trigonométricas. Equações exponenciais, logarítmicas e trigonométricas	63
4. Equações de 1º grau. Equações polinomiais reduzidas ao 2º grau	73
5. Análise combinatória: permutação, arranjo, combinação. Eventos independentes.....	75
6. Progressão aritmética. Progressão geométrica	80
7. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares.....	85
8. Trigonometria	95
9. Geometria plana	102
10. Geometria espacial	105
11. Geometria analítica: equação da reta, parábola e círculo	110
12. Matemática financeira: capital, juros simples, juros compostos, montante.....	115

Conhecimentos Específicos - Bloco I

1. Atendimento pré-hospitalar a urgências e emergências em acidentes	123
2. Atendimento pré-hospitalar a urgências e emergências clínicas.....	130
3. Plano de contingência em saúde — ênfase em grandes acidentes	131
4. Conceitos e princípios de epidemiologia em saúde: doenças ocupacionais e não ocupacionais, surtos e epidemias.....	132
5. Programas de promoção da saúde (atividade física, alimentação saudável, álcool, tabaco e outras drogas).....	133
6. Assistência de enfermagem em saúde coletiva (ênfase em doenças transmissíveis e doenças crônicas não transmissíveis)	133
7. Assistência de enfermagem em saúde do trabalhador (doenças ocupacionais e não ocupacionais).....	134
8. Assistência de enfermagem em saúde mental do trabalhador	135
9. Imunização ocupacional e rede de frio	135
10. Conceitos de vigilância em saúde do trabalhador	148
11. Conceitos e princípios da vigilância sanitária aplicada à saúde do trabalhador	149

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos - Bloco II

1. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, e suas atualizações	155
2. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego	156
3. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)	157
4. Riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos relacionados com o meio ambiente e a saúde do trabalhador	159
5. Equipamentos de proteção individual e coletiva — EPI e EPC.....	162
6. Noções de toxicologia da indústria de petróleo, gás, biocombustíveis e derivados	167
7. Fundamentos de gestão de segurança, meio ambiente e saúde.....	172
8. Organização, estrutura, finalidades e atribuições do serviço de saúde do trabalhador	176
9. Políticas públicas de saúde do adulto	180

Conhecimentos Específicos - Bloco III

1. Anatomia e fisiologia humana	185
2. Enfermagem clínica.....	205
3. Princípios de biossegurança em saúde	212
4. Métodos de desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos de saúde	219
5. Farmacologia clínica aplicada à enfermagem	227
6. Organização do processo de trabalho em enfermagem	233
7. Registros e informação em saúde	235
8. Noções de nutrição e dietética	236
9. Estrutura do sistema de saúde brasileiro (Lei nº 8.080, de 1990, e suas atualizações)	237
10. Regulamentação do exercício profissional de enfermagem (Lei federal nº 7.498/1986) e suas atualizações.....	256
11. O código de ética dos profissionais de enfermagem	265
12. Fundamentos de enfermagem.....	273

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

▪ **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► **Características dos Textos Verbais:**

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► **Características dos Textos Não-Verbais:**

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.



MATEMÁTICA

TEORIA DOS CONJUNTOS. RELAÇÕES ENTRE CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras. Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas. Vejamos as principais formas de representação:

- Os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

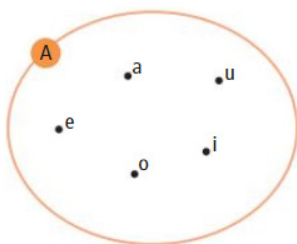
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

- Os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa **tal que**.

- Os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



► Relação de pertinência

Usamos os símbolos $\in$ (pertence) e $\notin$ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

► Tipos de Conjuntos

- Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{ \}$.
- Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

- Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

- Conjunto Infinito:** contrário do finito.

► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

$\subset$	está contido
$\supset$	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

► Igualdade de conjuntos

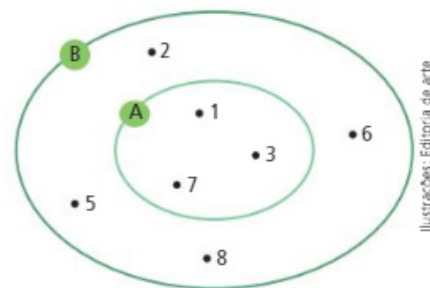
- Dois conjuntos a e b são iguais, indicamos $a = b$, quando possuem os mesmos elementos.

- Dois conjuntos a e b são diferentes, indicamos por $a \neq b$, se pelo menos um dos elementos de um dos conjuntos não pertence ao outro.

► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B , dizemos que A é subconjunto de B .

Exemplo: $A = \{1, 3, 7\}$ e $B = \{1, 2, 3, 5, 6, 7, 8\}$.



Os elementos do conjunto A estão contidos no conjunto B .

Atenção:

- Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;
- O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;
- O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A .

AMOSTRA

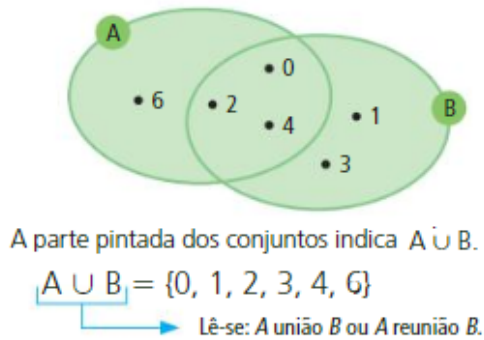
▪ O número de seu subconjunto é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.

► Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0, 2, 4, 6\}$ e $B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, como exemplo, vejamos:

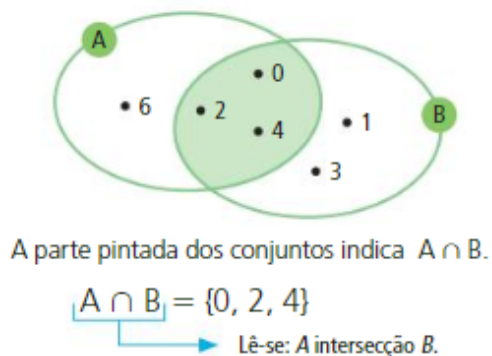
União de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B . Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:



Intersecção de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B . Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são conjuntos disjuntos.

Propriedades da união e intersecção

▪ Propriedade comutativa

$A \cup B = B \cup A$ (comutativa da união)

$A \cap B = B \cap A$ (comutativa da intersecção)

▪ Propriedade associativa

$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C)$ (associativa da união)

$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C)$ (associativa da intersecção)

▪ Propriedade associativa

$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$ (distributiva da intersecção em relação à união)

$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$ (distributiva da união em relação à intersecção)

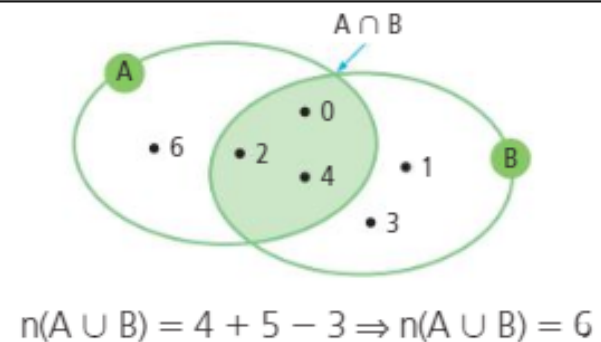
▪ Propriedade essencial

Se $A \subset B$, então $A \cup B = B$ e $A \cap B = A$, então $A \subset B$

Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

É dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



Exemplo: (FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

Portanto, $30 - 7 - 12 - 8 = 3$

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO I

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS EM ACIDENTES

No contexto da saúde, é crucial distinguir entre situações de urgência e emergência, pois ambas demandam respostas rápidas, mas possuem características diferentes:

- **Urgências:** São situações que requerem atendimento médico rápido, mas que não necessariamente colocam a vida do paciente em risco iminente. Exemplos incluem fraturas, febre alta, e crises asmáticas. O tratamento deve ser providenciado prontamente para evitar a evolução para uma condição mais grave.
- **Emergências:** São situações onde há risco imediato de vida ou de comprometimento severo das funções vitais do paciente. Exemplos incluem paradas cardiorrespiratórias, acidentes graves, infartos agudos do miocárdio e acidentes vasculares cerebrais (AVCs). O atendimento deve ser imediato para salvar vidas e minimizar danos permanentes.

Importância dos Aspectos Ético-Legais no Atendimento

O atendimento às urgências e emergências é uma área crítica da medicina que exige dos profissionais de saúde não apenas habilidades técnicas, mas também um profundo entendimento das questões éticas e legais envolvidas. A importância dos aspectos ético-legais pode ser compreendida sob várias perspectivas:

- **Proteção dos Direitos dos Pacientes:**
- **Autonomia:** Os pacientes têm o direito de tomar decisões informadas sobre seus cuidados de saúde. Respeitar a autonomia envolve fornecer informações claras e completas sobre o diagnóstico, opções de tratamento, riscos e benefícios.
- **Confidencialidade:** A privacidade das informações dos pacientes deve ser garantida. Assegurar que dados pessoais e médicos sejam mantidos em sigilo é uma obrigação ética e legal dos profissionais de saúde.
- **Acesso Equitativo:** Todos os pacientes devem ter acesso ao atendimento necessário, independentemente de sua condição social, econômica, ou qualquer outro fator. Garantir a justiça no atendimento é um princípio ético fundamental.
- **Responsabilidade dos Profissionais de Saúde:**
- **Dever de Cuidado:** Os profissionais de saúde têm a obrigação de prestar cuidados competentes e apropriados a todos os pacientes. Isso inclui a necessidade de estar sempre atualizado com as melhores práticas e diretrizes clínicas.

- **Evitar Danos:** É imperativo que os profissionais atuem de forma a não causar danos (princípio da não maleficência) e se esforcem para maximizar os benefícios para os pacientes (princípio da beneficência).

- **Responsabilidade Legal:** Os profissionais de saúde estão sujeitos a leis e regulamentos que governam a prática médica. Isso inclui responsabilidade civil e criminal em casos de negligência, imprudência ou imperícia.

- **Impacto na Qualidade do Atendimento:**

- **Confiança e Relacionamento:** A observância dos princípios éticos e legais constrói confiança entre pacientes e profissionais de saúde. Um relacionamento baseado na confiança é essencial para a eficácia do tratamento e a satisfação do paciente.

- **Segurança do Paciente:** A adesão a protocolos éticos e legais contribui para a segurança do paciente, reduzindo a incidência de erros médicos e complicações.

- **Eficiência do Sistema de Saúde:** O respeito às normas éticas e legais promove a eficiência operacional e administrativa dos serviços de saúde, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira justa e eficaz.

Entender e aplicar os aspectos ético-legais no atendimento às urgências e emergências é vital para garantir que os cuidados de saúde sejam prestados de maneira justa, segura e eficaz.

Ao navegar pelas complexidades éticas e legais, os profissionais de saúde podem proteger os direitos dos pacientes, cumprir suas responsabilidades profissionais e contribuir para um sistema de saúde mais confiável e eficiente.

► Princípios Éticos no Atendimento de Urgências e Emergências

Beneficência e Não Maleficência

- **Beneficência:**
- **Definição:** O princípio da beneficência exige que os profissionais de saúde ajam no melhor interesse dos pacientes, promovendo o bem-estar e proporcionando benefícios.
- **Aplicação:** No atendimento de urgências e emergências, isso significa fornecer o melhor cuidado possível de forma rápida e eficaz. Por exemplo, administrar medicações que aliviem a dor ou intervenções que estabilizem o paciente.
- **Não Maleficência:**
- **Definição:** Este princípio obriga os profissionais a não causar dano aos pacientes. É um compromisso fundamental em todas as práticas médicas.

AMOSTRA

- **Aplicação:** No contexto de emergências, os profissionais devem garantir que suas ações não prejudiquem o paciente. Isso inclui evitar procedimentos invasivos desnecessários e usar intervenções que tenham o menor risco possível.

Autonomia e Consentimento Informado

- Autonomia:
- **Definição:** O princípio da autonomia reconhece o direito dos pacientes de tomar decisões informadas sobre seus próprios cuidados de saúde.
- **Aplicação:** Mesmo em situações de emergência, sempre que possível, os pacientes devem ser informados sobre sua condição e as opções de tratamento disponíveis. Em casos onde o paciente está incapacitado, decisões devem ser tomadas com base em diretivas antecipadas ou consultas com familiares.
- Consentimento Informado:
- **Definição:** É o processo pelo qual um paciente é informado sobre os riscos, benefícios e alternativas de um tratamento, e então dá seu consentimento voluntário para proceder.
- **Aplicação:** Em emergências, o tempo pode ser limitado, mas sempre que possível, os profissionais devem explicar as intervenções de maneira clara e obter o consentimento. Em situações onde o consentimento não pode ser obtido devido à gravidade da condição, os profissionais devem agir no melhor interesse do paciente, conforme as diretrizes éticas e legais.

Justiça e Equidade no Atendimento

- Justiça:
- **Definição:** Este princípio refere-se à justiça na distribuição de recursos de saúde, garantindo que todos os pacientes tenham acesso a cuidados adequados.
- **Aplicação:** Em situações de emergência, a justiça exige que os profissionais tratem todos os pacientes com equidade, independentemente de sua condição socioeconômica, raça, gênero ou outras características pessoais. Isso inclui a priorização dos casos com base na gravidade clínica, não em outros critérios.
- Equidade:
- **Definição:** A equidade no atendimento de saúde implica fornecer cuidados justos e imparciais, ajustando-se às necessidades específicas de cada paciente.
- **Aplicação:** Garantir que pacientes com necessidades especiais, como idosos, crianças ou aqueles com deficiências, recebam cuidados apropriados às suas condições específicas. Também envolve a alocação justa de recursos limitados, como leitos de UTI, com base em critérios médicos objetivos.

Exemplos de Aplicação dos Princípios Éticos

- Beneficência e Não Maleficência:
- **Cenário:** Um paciente com suspeita de infarto do miocárdio chega à emergência.
- **Ação:** A equipe deve agir rapidamente para administrar medicamentos trombolíticos e realizar intervenções que salvem vidas, ao mesmo tempo em que monitoram cuidadosamente para evitar complicações.
- Autonomia e Consentimento Informado:
- **Cenário:** Uma paciente consciente com um trauma abdominal requer uma cirurgia emergencial.
- **Ação:** Explicar rapidamente à paciente a necessidade da cirurgia, os riscos envolvidos, e obter seu consentimento antes de proceder, respeitando sua decisão.
- Justiça e Equidade:
- **Cenário:** Dois pacientes chegam simultaneamente à emergência, um com um corte profundo e o outro com sinais de AVC
- **Ação:** Priorizar o atendimento ao paciente com AVC devido à gravidade e necessidade de intervenção rápida, enquanto garante que o outro paciente receba cuidados adequados o mais rapidamente possível.

Os princípios éticos de beneficência, não maleficência, autonomia, e justiça são fundamentais no atendimento de urgências e emergências.

Eles guiam os profissionais de saúde na tomada de decisões complexas, assegurando que o cuidado prestado seja não apenas eficaz, mas também justo e respeitoso aos direitos dos pacientes.

Ao aderir a esses princípios, os profissionais promovem a confiança, a segurança e a equidade no atendimento emergencial, contribuindo para um sistema de saúde mais ético e humanitário.

► Direitos dos Pacientes em Situações de Emergência

Direito à Informação e ao Consentimento

- Direito à Informação:
- **Definição:** Os pacientes têm o direito de receber informações claras, compreensíveis e completas sobre seu estado de saúde, diagnóstico, opções de tratamento, riscos e benefícios.
- **Aplicação:** Mesmo em situações de emergência, os profissionais de saúde devem se esforçar para informar o paciente sobre sua condição e as intervenções necessárias. Quando o paciente está consciente e capaz, deve ser informado sobre os procedimentos a serem realizados e suas implicações.
- Consentimento Informado:
- **Definição:** É o direito do paciente de consentir, de forma voluntária e informada, com os procedimentos médicos propostos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO II

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011, E SUAS ATUALIZAÇÕES

DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4 da Convenção nº 155, da Organização Internacional do Trabalho, promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO OBJETIVO E PRINCÍPIOS

I - A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;

II - A PNSST tem por princípios:

- a) universalidade;
- b) prevenção;
- c) precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação;
- d) diálogo social; e
- e) integralidade;

III - Para o alcance de seu objetivo a PNSST deverá ser implementada por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores;

DIRETRIZES

IV - As ações no âmbito da PNSST devem constar do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e desenvolver-se de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde;
- b) harmonização da legislação e a articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador;
- c) adoção de medidas especiais para atividades laborais de alto risco;
- d) estruturação de rede integrada de informações em saúde do trabalhador;
- e) promoção da implantação de sistemas e programas de gestão da segurança e saúde nos locais de trabalho;
- f) reestruturação da formação em saúde do trabalhador e em segurança no trabalho e o estímulo à capacitação e à educação continuada de trabalhadores; e
- g) promoção de agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho;

RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA PNSST

V - São responsáveis pela implementação e execução da PNSST os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, sem prejuízo da participação de outros órgãos e instituições que atuem na área;

VI - Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego:

- a) formular e propor as diretrizes da inspeção do trabalho, bem como supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com a inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho;
- b) elaborar e revisar, em modelo tripartite, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho;
- c) participar da elaboração de programas especiais de proteção ao trabalho, assim como da formulação de novos procedimentos reguladores das relações capital-trabalho;
- d) promover estudos da legislação trabalhista e correlata, no âmbito de sua competência, propondo o seu aperfeiçoamento;
- e) acompanhar o cumprimento, em âmbito nacional, dos acordos e convenções ratificados pelo Governo brasileiro junto a organismos internacionais, em especial à Organização Internacional do Trabalho - OIT, nos assuntos de sua área de competência;
- f) planejar, coordenar e orientar a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador; e
- g) por intermédio da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO:
 - 1. elaborar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas que afetam a segurança e saúde do trabalhador;
 - 2. produzir análises, avaliações e testes de medidas e métodos que visem à eliminação ou redução de riscos no trabalho, incluindo equipamentos de proteção coletiva e individual;

AMOSTRA

3. desenvolver e executar ações educativas sobre temas relacionados com a melhoria das condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho;

4. difundir informações que contribuam para a proteção e promoção da saúde do trabalhador;

5. contribuir com órgãos públicos e entidades civis para a proteção e promoção da saúde do trabalhador, incluindo a revisão e formulação de regulamentos, o planejamento e desenvolvimento de ações interinstitucionais; a realização de levantamentos para a identificação das causas de acidentes e doenças nos ambientes de trabalho; e

6. estabelecer parcerias e intercâmbios técnicos com organismos e instituições afins, nacionais e internacionais, para fortalecer a atuação institucional, capacitar os colaboradores e contribuir com a implementação de ações globais de organismos internacionais;

VII - Compete ao Ministério da Saúde:

a) fomentar a estruturação da atenção integral à saúde dos trabalhadores, envolvendo a promoção de ambientes e processos de trabalho saudáveis, o fortalecimento da vigilância de ambientes, processos e agravos relacionados ao trabalho, a assistência integral à saúde dos trabalhadores, reabilitação física e psicossocial e a adequação e ampliação da capacidade institucional;

b) definir, em conjunto com as secretarias de saúde de Estados e Municípios, normas, parâmetros e indicadores para o acompanhamento das ações de saúde do trabalhador a serem desenvolvidas no Sistema Único de Saúde, segundo os respectivos níveis de complexidade destas ações;

c) promover a revisão periódica da listagem oficial de doenças relacionadas ao trabalho;

d) contribuir para a estruturação e operacionalização da rede integrada de informações em saúde do trabalhador;

e) apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em saúde do trabalhador;

f) estimular o desenvolvimento de processos de capacitação de recursos humanos em saúde do trabalhador; e

g) promover a participação da comunidade na gestão das ações em saúde do trabalhador;

VIII - Compete ao Ministério da Previdência Social:

a) subsidiar a formulação e a proposição de diretrizes e normas relativas à interseção entre as ações de segurança e saúde no trabalho e as ações de fiscalização e reconhecimento dos benefícios previdenciários decorrentes dos riscos ambientais do trabalho;

b) coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social, bem como a política direcionada aos Regimes Próprios de Previdência Social, nas áreas que guardem inter-relação com a segurança e saúde dos trabalhadores;

c) coordenar, acompanhar e supervisionar a atualização e a revisão dos Planos de Custeio e de Benefícios, relativamente a temas de sua área de competência;

d) realizar estudos, pesquisas e propor ações formativas visando ao aprimoramento da legislação e das ações do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios de Previdência Social, no âmbito de sua competência; e

e) por intermédio do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

1. realizar ações de reabilitação profissional; e

2. avaliar a incapacidade laborativa para fins de concessão de benefícios previdenciários.

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

As Normas Regulamentadoras (NRs) são instrumentos fundamentais para o detalhamento e aplicação prática das diretrizes de saúde e segurança no trabalho previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Criadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, essas normas visam orientar empresas e trabalhadores em como implementar e cumprir as medidas de segurança e saúde ocupacional, reduzindo os riscos de acidentes e promovendo um ambiente de trabalho mais seguro.

Essas normas regulamentadoras foram introduzidas em 1978 e estão continuamente sendo revisadas e atualizadas para se adaptarem às mudanças nos processos industriais, novas tecnologias e riscos emergentes. Hoje, existem 37 NRs que cobrem uma ampla gama de tópicos, incluindo medidas preventivas, orientações para o uso de equipamentos de proteção, normas específicas para setores de alto risco, como mineração e construção civil, entre outros.

Objetivo e Função das NRs na Segurança do Trabalho

As NRs foram criadas para operacionalizar e detalhar as disposições gerais da CLT relacionadas à segurança e medicina do trabalho. Enquanto a CLT estabelece o marco legal para garantir a saúde dos trabalhadores, as NRs fornecem diretrizes específicas que empregadores e empregados devem seguir em diferentes tipos de atividades.

Alguns dos objetivos fundamentais das NRs incluem:

- **Prevenir Acidentes e Doenças Ocupacionais:** As normas especificam medidas técnicas e organizacionais para evitar condições perigosas no ambiente de trabalho.

- **Orientar sobre o Uso de Equipamentos de Proteção:** Normas como a NR 6 determinam o fornecimento, uso e manutenção dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

- **Estabelecer Padrões para Ambientes de Trabalho:** Algumas NRs, como a NR 17, tratam de ergonomia, definindo parâmetros para garantir a segurança e o conforto dos trabalhadores.

Exemplos de Normas Regulamentadoras e Sua Aplicação

Algumas NRs são especialmente relevantes para a segurança no trabalho, sendo amplamente aplicadas em diversos setores e servindo como referência para a gestão de segurança em saúde ocupacional. Entre as mais importantes estão:

- **NR 5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA):** Exige que empresas com mais de 20 funcionários constituam uma CIPA, que deve ser composta por representantes dos trabalhadores e da empresa, com o objetivo de identificar riscos e propor medidas preventivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO III

ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA

► Anatomia e fisiologia do sistema esquelético

Osteologia, em um sentido estrito e etimológico, refere-se ao estudo dos ossos. Em um sentido mais amplo, abrange o estudo das estruturas intimamente ligadas ou relacionadas aos ossos, que compõem o esqueleto.

Do ponto de vista da sobrevivência e da função do movimento, que é essencial para a locomoção, o foco recai sobre os Sistemas Esquelético, Muscular e Articular, que, juntos, formam o Aparelho Locomotor do organismo.

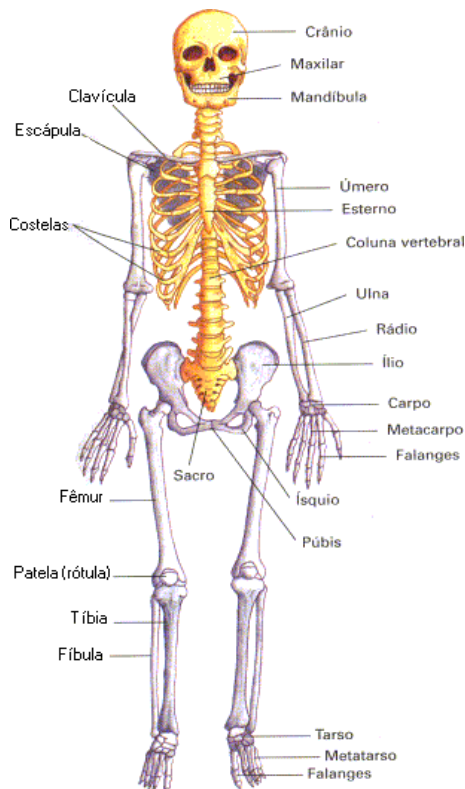


Imagem: AVANCINI & FAVARETTO. *Biologia – Uma abordagem evolutiva e ecológica*. Vol. 2. São Paulo, Ed. Moderna, 1997.

Além de proporcionar suporte ao corpo, o esqueleto desempenha o papel de proteger os órgãos internos e oferece pontos de fixação para os músculos. Ele é composto por elementos ósseos e articulações cartilaginosas, que, quando combinados, formam um sistema de alavancas controlado pelos músculos. O esqueleto de um indivíduo adulto consiste normalmente em 206 ossos, embora essa quantidade possa variar de acordo com fatores como idade, características individuais e critérios de contagem. Em média, os ossos representam aproximadamente um quinto do peso total de um indivíduo saudável.

Fatores que influenciam na contagem de ossos:

a) Fatores Etários: da infância à velhice, há uma variação na quantidade de ossos.

b) Fatores Individuais: em alguns casos, pode haver persistência da divisão do osso frontal na fase adulta, e ossos adicionais podem ocorrer, levando a variações na contagem de ossos.

c) Critérios de Contagem: às vezes, os anatomistas aplicam critérios pessoais ao contar ossos, como incluir ou excluir os ossos sesamoides ou os ossículos do ouvido médio.

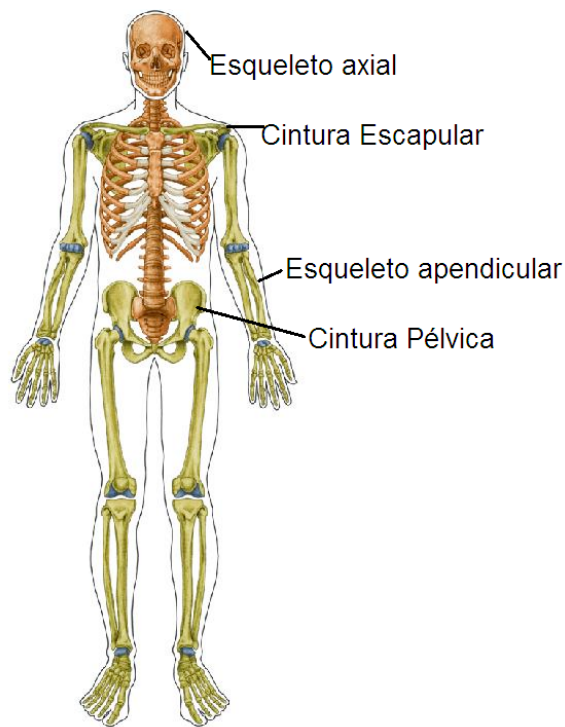
O esqueleto humano pode ser dividido em duas partes:

- **Esqueleto axial:** localizado na parte média e formando o eixo central do corpo, esse componente inclui os ossos do crânio, da face, a coluna vertebral, as costelas e o esterno. Consiste em um total de 80 ossos, sendo 28 deles presentes no crânio e na face, 26 na coluna vertebral, e 24 costelas, além de um osso esterno e um osso hioide.

- **Esqueleto apendicular:** compreende a cintura escapular, constituída pelas escápulas e clavículas, a cintura pélvica, formada pelos ossos ilíacos (da bacia), e os esqueletos dos membros, que englobam os membros superiores (ou anteriores) e os membros inferiores (ou posteriores).

A conexão entre essas duas partes ocorre por meio de estruturas ósseas conhecidas como cinturas: a escapular ou torácica, formada pela escápula e clavícula, e a pélvica, composta pelos ossos do quadril, que incluem o ílio, o púbis e o ísquio.

AMOSTRA



TOMITA, Rúbia Yuri. *Atlas visual compacto do corpo humano*. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2012

Os ossos são órgãos vitais no corpo humano, desempenhando um papel fundamental em sua ecologia. Cerca de 75% da estrutura óssea é composta por tecido ósseo. É importante ressaltar que os ossos são formados pela união de osteócitos, osteóide, sais minerais e vasos capilares, resultando no tecido ósseo, conhecido como osteônio.

a) A arquitetura dos ossos é composta por três principais componentes:

- **Substância compacta:** responsável por fornecer sustentação e apoio estrutural.
- **Substância esponjosa:** contribui para a capacidade do osso de se moldar e absorver impactos em caso de fraturas.
- **Canal medular:** este espaço aloja a medula óssea, que desempenha um papel crucial na produção de células sanguíneas. Os ossos desempenham diversas funções, como fornecer suporte para o corpo, servir como uma base mecânica para o movimento e produzir estruturas vitais para o organismo.

b) Esqueleto:

Esse termo pode parecer simplesmente a união dos ossos, mas, na realidade, vai muito além disso. Ele denota uma estrutura de suporte. Portanto, podemos descrever o esqueleto como o conjunto de ossos e cartilagens que se conectam para formar a estrutura de suporte do corpo, desempenhando diversas funções. Por sua vez, os ossos podem ser definidos como estruturas rígidas, variáveis em número, localização e forma, que, quando combinadas, constituem o esqueleto.

c) Funções do Esqueleto:

O esqueleto desempenha diversas funções, tais como:

- **Proteção:** atua como uma estrutura protetora para órgãos vitais, como o coração, pulmões e sistema nervoso central.
- **Sustentação:** fornece a estrutura e conformação básica para o corpo humano, mantendo-o ereto.
- **Armazenamento:** serve como local de armazenamento de íons de cálcio e potássio, essenciais para diversas funções do corpo.
- **Sistema de alavancas:** atua como um sistema de alavancas que permite o movimento do corpo e auxilia na locomoção.
- **Deslocamento:** possibilita o movimento do corpo, permitindo que os músculos realizem ações de locomoção e mobilidade.

Classificação dos ossos

Os ossos do corpo humano podem ser classificados com base em suas dimensões lineares, resultando em diferentes categorias:

- **Ossos longos:** caracterizados pelo comprimento consideravelmente maior do que a largura e a espessura. Possuem diáfise, extremidades conhecidas como epífises (uma distal e outra proximal) e medula óssea no interior. Além disso, apresentam uma cartilagem epifisária nas extremidades em crescimento. Exemplos incluem o fêmur, tíbia, fíbula, falanges, úmero, rádio, entre outros.
- **Ossos laminares:** possuem comprimento e largura aproximadamente iguais, predominando sobre a espessura. São por vezes chamados erroneamente de “ossos planos”. Exemplos compreendem os ossos do quadril, escápula e occipital.
- **Ossos curtos:** têm dimensões equivalentes para comprimento, largura e espessura. Exemplos destes ossos incluem o carpo e metacarpo.
- **Ossos irregulares:** apresentam uma forma complexa e irregular. Um exemplo notável são as vértebras da coluna espinhal e o osso temporal.
- **Ossos pneumáticos:** caracterizam-se por conter uma ou mais cavidades revestidas de mucosa, que contêm ar. Essas cavidades são chamadas de seios. Exemplos de ossos pneumáticos incluem o etmoide, esfenóide, frontal, temporal e maxilar.
- **Ossos sesamoides:** são ossos inseridos em tendões ou cartilagens, desempenhando principalmente a função de facilitar o deslizamento dessas estruturas. A patela é um exemplo de osso sesamoide.

Arquitetura óssea

Em estudos microscópicos, é possível identificar que o tecido ósseo é composto por duas principais regiões:

- **Substância compacta:** as lamelas do tecido ósseo estão intimamente unidas umas às outras, sem espaços vazios entre elas. Esta região é densa e sólida, conferindo resistência aos ossos. A substância compacta é encontrada em diversos tipos de ossos, incluindo ossos longos, planos, irregulares e curtos.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

